

Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

IPARDES
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.40, n.3-4, março/abril 2018

sumário

- 3 AS CONDICIONANTES DO CRESCIMENTO NO PÓS-CRISE
Julio Takeshi Suzuki Júnior
- 6 A ÂNCORA FISCAL
Guilherme Amorim
- 8 REDUÇÃO DE CUSTOS EM CARTÕES DE DÉBITO
Guilherme Amorim
- 10 PARANÁ - DESTAQUES ECONÔMICOS
Guilherme Amorim
- 12 ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

MARIA APARECIDA BORGHETTI - Governadora

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

JURACI BARBOSA SOBRINHO - Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR

Diretor-Presidente

ARISTIDES RODRIGUES DO PRADO NETO

Diretor Administrativo-Financeiro

DANIEL NOJIMA

Diretor do Centro de Pesquisa

FRANCISCO JOSÉ GOUVEIA DE CASTRO

Diretor do Centro Estadual de Estatística

ANÁLISE CONJUNTURAL

GUILHERME AMORIM (*Editor*)

EDITORAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI (*supervisão editorial*)

CLAUDIA ORTIZ (*revisão de texto*)

ANA RITA BARZICK NOGUEIRA (*editoração eletrônica*)

NATÁLIA VICENTE MONTANHA TEIXEIRA (*normalização bibliográfica*)

STELLA MARIS GAZZIERO (*projeto gráfico*)

AS CONDICIONANTES DO CRESCIMENTO NO PÓS-CRISE

*Julio Takeshi Suzuki Júnior**

A economia brasileira apresentou crescimento de 1,0% em 2017, segundo o IBGE, após registrar consecutivamente duas taxas anuais negativas. Para o presente exercício, projeta-se uma expansão próxima de 2,75%, de acordo com o Relatório de Mercado Focus apresentado pelo Banco Central no final de abril, que seria a maior variação real do PIB nacional desde 2014.

Concomitantemente, diversos índices de confiança e expectativa, atinentes a empresários e consumidores, vêm apresentando evolução, não obstante quedas pontuais verificadas em determinados resultados mensais, distanciando-se do “fosso” desses indicadores observado entre meados de 2015 e a metade do ano seguinte, o que comprova a instauração de um clima menos pessimista.

Todavia, esses números não significam que foram superados os obstáculos ao crescimento sustentado. Na seara fiscal, a despeito da melhoria na comparação, por exemplo, com o triênio 2012-2014, quando as despesas primárias do Governo Central cresceram absurdos 6,2% ao ano em termos reais, a elevação do dispêndio público permanece acima do percentual previsto na lei do “teto de gastos”, com aumento nominal de 4,1% nos doze meses encerrados em março deste ano, ante um limite máximo de 3% fixado para 2018.

A difícil situação das contas públicas é ressaltada também pela continuidade dos consideráveis déficits no resultado primário, constatando-se uma diferença entre as despesas e as receitas do Governo Central equivalente a 1,7% do PIB no acumulado de doze meses finalizado em março último. Mesmo sem esperanças de reversão rápida dos saldos negativos na ocasião da aprovação do limite de gastos, a obtenção de superávits fiscais parece demasiadamente distante, além do horizonte de 2021 projetado pelo governo federal, sendo ainda mais longínquos níveis de economia que permitam a redução do endividamento público. Hoje, a dívida bruta do Governo Geral alcança a preocupante marca de 75,3% do PIB, o que representa aumento de inacreditáveis 23,5 pontos percentuais em relação ao resultado observado há quatro anos.

Diante disso, não há dúvida quanto à inviabilidade de estímulos ao crescimento baseados em uma forte expansão fiscal, com a revogação de medidas como o teto para as despesas primárias, conforme proposições de analistas que convenientemente esqueceram da ligação entre as agruras atuais e a irresponsável ampliação do gasto público do passado recente. Ou seja, apesar das dificuldades para o ajuste das contas governamentais e da provável lentidão dos ganhos a serem auferidos pela população nesse processo, inexistem opções coerentes além da contenção fiscal, cuja viabilização depende sobremaneira da efetivação de conhecidas reformas.

Como precondição ao crescimento nos próximos anos, em adição ao equilíbrio das contas públicas, é necessário que prossiga o movimento de readequação dos orçamentos e dívidas das famílias, após o estouro da bolha de crédito que foi gerada pelos incentivos exagerados aos empréstimos, de modo a possibilitar a retomada futura do binômio crédito-consumo, em bases mais sólidas. Segundo o Banco Central, em fevereiro de 2018, as famílias

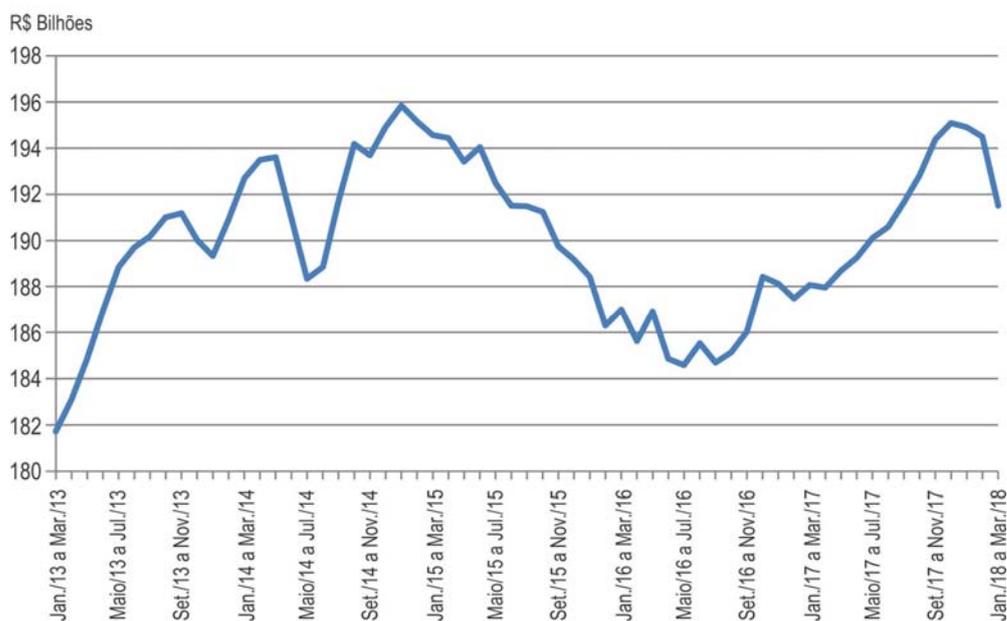
* Diretor-Presidente do IPARDES.

brasileiras apresentavam, em média, dívidas correspondentes a 41% da sua renda acumulada nos últimos doze meses, em continuidade a uma trajetória declinante verificada desde meados de 2015, quando os passivos equivaliam a cerca de 46% do acumulado de rendimentos.

O problema está no fato de que o denominador da razão que define o indicador de endividamento não vem progredindo como se esperava. Tanto que a massa de rendimentos do trabalho, parcela majoritária do volume da renda total da população, exibiu crescimento real de apenas 1,8% no primeiro trimestre deste ano, no confronto com igual período de 2017, contabilizando variação de -1,8% em relação aos últimos três meses do ano passado (gráfico 1), o que pode ser considerado decepcionante, mesmo diante da forte sazonalidade presente nos resultados do final e do início de cada exercício.

Em um exame mais detalhado do comportamento da massa salarial do período pré-crise até o momento atual, constata-se que a construção civil foi o segmento que mais contribuiu para o encolhimento do volume de rendimentos oriundos do trabalho, o que se opõe ao movimento observado nos anos virtuosos anteriores à recessão, quando o citado setor foi um dos principais pilares da expansão do conjunto de salários. Com esse exemplo, reforça-se a análise de que os ramos com maior ampliação nos “anos dourados” foram justamente aqueles que mais se retraíram na crise, sendo possível inferir também que há limitações para a repetição de uma estratégia com expressiva destinação de recursos públicos para o aumento de empregos e salários (como se sabe, a construção civil foi um setor generosamente contemplado com subsídios governamentais), em virtude da restrição fiscal e do nível ainda alto do endividamento da população, abordados anteriormente.

GRÁFICO 1 - MASSA REAL MENSAL DE RENDIMENTOS DO TRABALHO - BRASIL - 1.º TRIM. 2013 - 1.º TRIM. 2018



FONTE: IBGE

A permanência da difícil condição do mercado de trabalho, por outro lado, deve manter espaço para o prosseguimento da flexibilização monetária. No trimestre móvel concluído em março, a taxa de desocupação brasileira atingiu o patamar ainda elevado de 13,1%, resultado que, combinado a um IPCA de apenas 2,7% em doze meses (encerrados igualmente em março), pode sustentar juros básicos inferiores aos atuais 6,5%, apesar das ameaças a esse processo, como o movimento ascendente do dólar derivado do aperto monetário norte-americano.

Enfim, a durabilidade do crescimento brasileiro exige a negação do voluntarismo fiscal e monetário, avalizado unicamente por supostas boas intenções e desprezado da realidade representada pelos desequilíbrios que são gerados por decisões dessa natureza, tornando cada vez mais distante a melhoria pretendida. Em outras palavras, a solução passa pelo saneamento das contas públicas, amparado em uma agenda de reformas, pela gradual adequação dos passivos familiares, posteriormente à venda da bonança forçada, e pela continuidade da coerência da política de juros, de forma a assegurar ganhos consistentes, embora não tão imediatos, incluindo aqueles relacionados ao emprego.

"Corra da chuva e você receberá granizo" (Ditado ídiche, tradução do autor).**

A despeito de contínuas evidências de desequilíbrio das contas públicas brasileiras, e dos consequentes rebaixamentos de nota dos títulos soberanos do País por agências de classificação de risco, a entrada de capitais para investimento em carteira permanece ascendente e o custo de *credit default swap* (CDS) pouco se altera. Concorrem para esse panorama de tranquilidade ante o desastre, em diferentes graus, a extraordinária liquidez internacional, as baixas taxas de juros dos bancos centrais de países avançados, a atualização – ainda incompleta – da legislação trabalhista, o sucesso da política monetária, a substituição da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pela Taxa de Longo Prazo (TLP), e os avanços para a autonomia operacional do Banco Central e para a instituição do cadastro positivo. Contribui sobremaneira a nossa âncora fiscal, a Emenda Constitucional n.º 95 (EC 95/2016), vulgarmente conhecida como emenda do teto dos gastos.

A emenda estipula que, até 2026, o crescimento anual da despesa primária da União será limitado à variação da inflação do ano anterior, mensurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE). A intenção é de que o aumento da arrecadação progressivamente reduza o déficit primário e conduza à estabilidade da dívida bruta. Caso os periódicos desincentivos à adimplência tributária chancelados pelo Congresso – os infames Refis – sejam abolidos, é provável que o déficit nominal (resultado negativo de arrecadação menos gastos, inclusive os juros da dívida) seja eliminado nesse período. A resistência do Congresso ao ajuste fiscal torna essa consolidação mais distante. Esforços para aumento de arrecadação são invariavelmente minados: a desoneração da folha de pagamentos instituída em 2011 perpetuou-se (a contribuição previdenciária devida pelas empresas, correspondente a 20% da folha de pagamento, é substituída por alíquotas de 1,0% a 4,5% sobre seu faturamento) e a tributação dos fundos exclusivos de investimento através de cobranças semestrais de imposto de renda foi virtualmente anulada.

Os esforços para enquadrar os gastos apresentaram resultados positivos no tocante aos subsídios financeiros e creditícios. O maior volume desses dispêndios deu-se em 2015 (R\$ 128,8 bilhões, equivalentes a 2,1% do PIB). Estes tiveram reduções em 2016 (R\$ 115,3 bilhões, ou 1,8% do PIB) e 2017 (R\$ 84,3 bilhões, ou 1,3% do PIB). No ano passado, os cortes de subsídios financeiros mais significativos foram os realizados sobre o programa Minha Casa, Minha Vida (R\$ 4,35 bilhões, redução de 54,6%), o Fundo de Compensação das Variações Salariais (R\$ 2,98 bilhões, equivalentes a -83,5%) e o Programa de Sustentação do Investimento (R\$ 2,31 bilhões, diminuição de 22,6%).

Entre os subsídios creditícios, os cortes que mais contribuíram para o reequilíbrio fiscal foram os realizados sobre os empréstimos da União ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), R\$ 13,48 bilhões inferiores aos registrados em 2016 (variação anual de -46,3%). Foram também relevantes as reduções de recursos alocados no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (R\$ 3,85 bilhões, ou -33,7%). A maior parte dos subsídios da União, entretanto, são tributários e apresentaram ligeiro declínio como proporção do PIB (de 4,21% para 4,12%) e crescimento do volume (2,54%) em termos nominais.

Estruturalmente, vislumbra-se reforma tributária a ser levada a cabo durante a próxima legislatura. Embora a simplificação da malha seja consensual, através da extinção e fusão de impostos e contribuições, a formulação de um imposto sobre valor agregado a substituí-los ainda carece de regras de transição exequíveis. Qualquer expectativa de redução da carga

* Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

** STUTCHKOFF, Nahum. "Men antloyft fun regn, bagegnt men hogl". Der oyster fun der Yidisher shprakh. New York: Yidisher Visenshaftlekher Institut, 1950.

pode ser considerada ingênua ou intelectualmente desonesta ante a dinâmica de gastos obrigatórios. O refreamento de exceções setoriais e regionais enfrentará o paroquialismo e o corporativismo usuais, mas os regimes especiais de tributação se tornaram atestados de irracionalidade econômica.

Indispensáveis para tornar administrável a dinâmica de endividamento, as mudanças estruturais do sistema de seguridade social foram, mais uma vez, adiadas. O conjunto de alterações proposto em dezembro de 2016 fora tão enfraquecido no Congresso ao final do ano, que sua aprovação se prestaria apenas como base para modificações posteriores. A intervenção federal no Rio de Janeiro oficializou o adiamento, uma vez que a Constituição não pode receber Emendas até o final do ano, ou enquanto a medida vigorar. O estado de coisas, de modo simplificado, pôde ser visualizado no balanço divulgado pelo Ministério do Planejamento no início de março: receitas de R\$ 657,9 bilhões e despesas de R\$ 950,3 bilhões em 2017. A diferença equivale a 4,46% do Produto Interno Bruto (PIB) do País, considerado o valor divulgado nas Contas Nacionais Trimestrais (CNT/IBGE). No ano anterior, o déficit representava 4,1% do PIB. O resultado contábil dessa dinâmica está registrado no Relatório Anual da Dívida, divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

A soma de dívida bruta do governo geral e títulos emitidos pelo Tesouro em poder do Banco Central corresponde a mais de 84% do PIB. O Fundo Monetário Internacional estima que essa proporção alcançará 87,3% ao longo de 2018. Nenhum país de renda comparável à brasileira tem endividamento semelhante. Evidência de que essa dinâmica é insustentável pôde ser colhida por meio da análise dos ativos e passivos da União, relatório divulgado pela STN no final do ano passado, com dados de 2016. O patrimônio líquido, negativo em mais de R\$ 2 trilhões, resultou de elevação de R\$ 914 bilhões no passivo, frente ao resultado de 2015. Este, por sua vez, expandiu-se ante elevações da dívida mobiliária interna e das provisões previdenciárias, particularmente do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS).

O panorama internacional favorável será testado com o recrudescimento do protecionismo comercial estadunidense e com as retaliações de grandes exportadores, especialmente da China. De acordo com informações do Banco Central, o volume de investimentos estrangeiros diretos no Brasil alcançou US\$ 70,33 bilhões em 2017, com elevação de 9,31% na participação de capital. Os investimentos em carteira ativos chegaram a US 14,09 bilhões, com alocações em renda fixa a responder por 29,02% desse influxo. Essa entrada de recursos tem ligações com o diferencial de taxas de juros e com o grau de liquidez de economias maduras, após uma década de ampliação de suas bases monetárias (*quantitative easing*). A estarrecedora progressão do endividamento provocou sucessivas desqualificações dos títulos soberanos brasileiros pelas agências. O afastamento dos fundos desautorizados a investir em mercados sem grau de investimento não impediu, contudo, novas emissões de papéis da dívida ou sucessivos recordes do índice Bovespa.

As consequências da inação se farão perceber nas elevações da taxa implícita dos títulos públicos indexados à inflação, do estoque de dívida de curto prazo e da cotação do dólar no mercado futuro. Uma reforma previdenciária que respeite a curva demográfica do País e a exequibilidade dos encargos de pessoal não produzirá rápido reequilíbrio, mas tornará previsível a trajetória do déficit. Essa cognoscibilidade é indispensável para a formação de expectativas em torno do comportamento futuro de inflação e da taxa de juros – balizadoras de investimentos.

O cenário para o próximo ano é agravado pela incerteza em relação à fórmula de atualização do salário mínimo a ser utilizada a partir de 2020. Idealmente, as revisões do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e do RPPS poderiam compor-se com a desvinculação entre salário mínimo e dispêndios da seguridade social, uma vez que esses processos tramitarão simultaneamente no Congresso. Sendo o piso dos benefícios correspondente a um salário mínimo, essas mudanças são indissociáveis. A Emenda Constitucional nº 95 prevê que uma vez descumprido o limite de gastos, a atualização do menor vencimento previdenciário ocorreria com a mera reposição da inflação. Essa provisão será dispensável caso o reequilíbrio fiscal longamente adiado seja executado em 2019.

REDUÇÃO DE CUSTOS EM CARTÕES DE DÉBITO

Guilherme Amorim*

O Banco Central do Brasil (BCB) recentemente tomou medidas para estimular a utilização de meios de pagamento eletrônicos, em particular dos cartões de débito. A base da nova regulamentação é a limitação das tarifas de intercâmbio, média e máxima, pagas aos emissores dos cartões (bancos, mais frequentemente) pelos credenciadores dos estabelecimentos – Cielo, Rede, GetNet, PagSeguro são os principais agentes do mercado brasileiro, que reúne mais de uma dezena de companhias do gênero. A norma do BCB limita a tarifa média de intercâmbio a 0,50% do valor da transação e a tarifa máxima a 0,80%. Presentemente, a tarifa média encontra-se em 0,82% e a máxima alcança 1,12%.

As medidas vigerão a partir de outubro e o BCB tem a expectativa de que o aumento de escala estimule a entrada de novos credenciadores no mercado. O custo de transação digital ainda é significativo para estabelecimentos de pequeno porte, sem capacidade de negociação com os credenciadores. Estes podem, desde meados de 2010, captar pagamentos de qualquer bandeira, sendo vedada a exclusividade. Tal liberalização gerou redução nas tarifas. As tarifas de intercâmbio, contudo, não têm esse grau de competitividade, dado o pequeno número de bandeiras e emissores. Ademais, essa concentração permite que bancos privilegiem a emissão de cartões da bandeira que cobre a tarifa mais elevada. O custo final para os estabelecimentos em transações digitais (taxa de desconto) gravita ao redor de 1,45% do valor da negociação.

A difusão do pagamento por cartões de débito compensará, de qualquer modo, a redução imposta pelo BCB. A utilização de meios digitais de pagamento está a substituir, paulatinamente, o uso de dinheiro e de cheques. Caso os estabelecimentos igualem os preços exercidos para pagamentos em dinheiro aos cobrados em cartão de débito, essa migração acelerar-se-á. A competição entre credenciadores tende a impedir que elevem suas margens de lucro ao apropriarem-se da queda da tarifa de intercâmbio.

O sucesso da medida depende, ainda, da existência de diferencial de preços entre transações efetivadas com cartões de débito e de crédito, e entre negócios realizados à vista e parceladamente. Para além do óbvio lapso entre aquisição de bem ou serviço e pagamento, a propagação de programas de fidelidade e do extravagante "parcelamento sem juros" fez com que pagamentos com cartões de crédito conquistassem a preferência do consumidor. O número de transações realizadas com cartão de crédito é 11,69% superior ao efetuado com cartão de débito, de acordo com o Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos (DEBAN), unidade do BCB. O valor das transações anuais realizadas com cartões de crédito, contudo, é 67,75% maior do que as concretizadas com cartões de débito.

De acordo com o Fundo Garantidor de Crédito (FGC), o número de clientes detentores de contas de depósitos à vista voltou a crescer em 2017, após dois anos de retração, e alcançou 100 milhões de correntistas. O número atual de usuários potenciais do pagamento por débito é, entretanto, dado pelo contingente de detentores de contas de depósito em poupança, significativamente superior. No ano passado, os titulares dessa modalidade de conta eram 141 milhões. Destes, 8 milhões são usuários de contas simplificadas, segundo informações do BCB. Para a abertura dessas contas, são exigidos menos documentos e não há cobrança de tarifa. Não são cobradas, outrossim, taxas de manutenção. Estruturadas como forma de acesso a serviços financeiros por usuários de baixa renda, elas são destinadas apenas a pessoas físicas, que não podem manter saldo superior a R\$ 3 mil ou

*Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

outra conta em instituição financeira, simplificada ou não – são correntistas, portanto, que migraram do uso exclusivo do papel moeda como meio de pagamento.

A fixação do teto para as tarifas de intercâmbio faz parte da agenda do BCB de modernização do sistema de pagamentos brasileiro que, para além de mais instrumentos de fiscalização, tem promovido mudanças positivas na cultura econômica do País. Destacam-se nesse rol de medidas a limitação no uso do saldo rotativo dos cartões de crédito e a diferenciação de preços por meio de pagamento (dinheiro ou cartão) e por prazo de quitação (à vista ou parcelada). São medidas que incentivam o consumidor a mensurar o custo de oportunidade, assim como tendem a reduzir inadimplência e uso ineficaz de crédito.

AGROINDÚSTRIA

Coopavel dobrará capacidade de abate de suínos

O frigorífico da Coopavel em Cascavel (Região Oeste Paranaense) será expandido e planeja-se que a capacidade de abate de suínos alcance 3 mil cabeças diárias. Presentemente, a unidade processa metade desse volume. A cooperativa opera em 17 municípios do Estado e projeta, ainda, a construção de armazéns para grãos, distribuídos por localidades diversas.

Estima-se que, somados, os investimentos alcançarão R\$ 100 milhões. O faturamento da Coopavel chegou a R\$ 2,1 bilhões em 2017, sendo a produção de grãos e a avicultura responsáveis por 25% e 20% dele, respectivamente.

FRIAS, Maria Cristina. Bacon em dobro. Folha de S. Paulo, 21 mar. 2018. Mercado, p. A18.

INDÚSTRIA

Renault inaugura fábrica de injeção de alumínio

O complexo da Renault em São José dos Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba) passou a contar com unidade de injeção de alumínio com capacidade de produzir 500 mil blocos e cabeçotes de motor anualmente. As peças eram importadas da Turquia. O alumínio utilizado nas novas linhas de produção é, atualmente, adquirido dos Estados Unidos. A companhia estuda, contudo, a utilização de material de fornecedores nacionais.

A nova planta ocupa aproximadamente 14 mil metros quadrados e exigiu investimento estimado em R\$ 350 milhões, parte de um projeto que alocou cerca de R\$ 400 milhões na expansão da fábrica de motores da empresa. Para além dessas duas unidades, o complexo abriga uma planta para a montagem de veículos comerciais leves e outra para a de automóveis.

OLMOS, Marli. Novos investimentos das montadoras somam US\$ 30 bi. Valor Econômico, São Paulo, 2 mar. 2018. Empresas, p.B1.

OLMOS, Marli. Renault cobra definição de regras para setor atuar. Valor Econômico, São Paulo, 7 mar. 2018. Empresas, p.B4.

Prati-Donaduzzi amplia linha de produtos

A Prati-Donaduzzi produzirá na sua fábrica em Toledo (Região Oeste Paranaense) dois novos produtos, um fitoterápico à base de canabidiol e o canabidiol sintético. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária reconheceu, em 2015, as propriedades terapêuticas do composto, que em sua forma natural é derivado de cânabis. O desenvolvimento do canabidiol sintético foi realizado em parceria com a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP). O primeiro lote foi processado e o composto entrará na fase de estudos clínicos.

Atualmente, o canabidiol é importado para a produção de medicamento indicado ao tratamento de epilepsia refratária. Este se encontra na terceira e última fase de estudos clínicos. A Prati-Donaduzzi tem a expectativa de colocá-lo no mercado entre o fim deste ano e o início do próximo. Nos quatro anos de pesquisa e desenvolvimento, a empresa estima que o investimento nos dois produtos tenha superado R\$ 20 milhões e possivelmente alcance R\$ 40 milhões. Avalia-se que sua unidade em Toledo será capaz de processar 380 quilos de canabidiol anualmente, volume suficiente para atender toda a demanda nacional.

FONTES, Stella. Remédio à base de maconha terá fabricação nacional. Valor Econômico, São Paulo, 5 mar. 2018. Empresas, p.B4.

Produção de gás na Região Centro-Sul do Estado

A Agência Nacional de Petróleo (ANP) autorizou a Tradener a iniciar a produção de gás natural no bloco de Barra Bonita, próximo ao município de Pitanga (Região Centro-Sul Paranaense). A empresa planeja iniciar a produção com volume diário de 30 mil metros cúbicos, a serem comercializados com postos de distribuição de gás natural veicular (GNV) e pequenas indústrias.

* Elaborado com informações disponíveis entre 01/03/2018 e 30/04/2018.

** Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

A Tradener tem perspectivas de implantar uma termelétrica na região, à medida que o volume processado cresça. A companhia estima que a produção diária alcançará 100 mil metros cúbicos quando as instalações operarem em plena capacidade.

RAMALHO, André. Imetame e Tradener têm projetos na Bahia e no Paraná. *Valor Econômico*, São Paulo, 7 mar. 2018. Empresas, p.B3.

Beckhauser constrói nova fábrica

Fabricante de equipamentos para o manejo pecuário, a Beckhauser construirá fábrica na Região Metropolitana de Maringá. Serão alocados R\$ 5 milhões na unidade, a ser inaugurada em 2019. Presentemente, a companhia conta com planta em Paranavaí (Noroeste Paranaense).

ZAFALON, Mauro. Novo local. *Folha de S. Paulo*, 27 mar. 2018. Mercado, p.A18.

ZAFALON, Mauro. Gastos. *Folha de S. Paulo*, 27 mar. 2018. Mercado, p.A18.

Furukawa modernizará planta de Curitiba

A planta industrial da Furukawa em Curitiba receberá investimentos para substituição de equipamentos utilizados na fabricação de cabos de fibra óptica, processo que estender-se-á até o final de 2018. A aproximadamente um quilômetro dessa unidade, a empresa inaugurou, no início do ano, uma fábrica de conectores para os cabos e um centro de distribuição de mercadorias. Presentemente, o mercado externo absorve cerca de 25% da produção da companhia, razão que deve alcançar 40% em 2021, segundo suas projeções.

O plano da Furukawa prevê inversões de R\$ 43 milhões em suas instalações na América Latina. Para além das operações em Curitiba, que absorverão algo em torno de 70% desse montante, a empresa conta com plantas nos estados de São Paulo e Minas Gerais, bem como na Argentina e Colômbia. No ano fiscal encerrado em março, as divisões latinoamericanas da companhia registraram crescimento de 16% em relação ao exercício de 2016. Sua receita líquida alcançou R\$ 901 milhões.

CALDERON, Cynthia. Furukawa cresce 16% na AL e investe em nova fábrica. *Valor Econômico*, São Paulo, 19 abr. 2018. Empresas, p.B6.

SANT'ANA, Jéssica. Furukawa vai investir R\$ 43 milhões na América Latina em 2018, a maior parte em Curitiba. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 18 abr. 2018. Nova Economia. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/nova-economia/furukawa-vai-investir-r-43-milhoes-na-america-latina-em-2018-a-maior-parte-em-curitiba-7bh36u94c2s9kak5kpbv6c8zd>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

Atlas Schindler planeja lançar 50 produtos até 2020

A Atlas Schindler investirá R\$ 100 milhões no Brasil em 2018, destinados à conclusão da expansão de sua unidade industrial em Londrina (Região Norte Central Paranaense) e à construção de nova sede administrativa em São Paulo. No último biênio, valor equivalente foi aportado nas operações brasileiras. A Schindler planeja, até o final da década, lançar 50 novos produtos e ter sob sua supervisão 400 mil elevadores ao redor do mundo.

A empresa avalia que no segundo semestre de 2018 haverá incremento na demanda por seus produtos (elevadores, escadas e esteiras rolantes), baseada na apresentação de projetos residenciais por incorporadoras. No ano passado, a companhia registrou crescimento de 7% no lucro líquido, que alcançou R\$ 310,9 milhões.

QUINTÃO, Chiara. Atlas Schindler aposta em expansão em 2019. *Valor Econômico*, São Paulo, 25 abr. 2018. Empresas, p.B6.

Volkswagen aloca R\$ 2 bilhões em São José dos Pinhais

O complexo industrial da Volkswagen em São José dos Pinhais receberá aportes estimados em R\$ 2 bilhões, parte de um plano de investimentos de R\$ 7 bilhões da empresa no Brasil. Um novo modelo será lá montado a partir do início do próximo ano. A implantação dessa linha de produção exigirá alocação de R\$ 600 milhões no desenvolvimento do veículo e R\$ 1,4 bilhão na ampliação física da indústria e aquisição de novos equipamentos. O plano de investimentos da companhia prevê a comercialização de 20 novos modelos no País até 2020, sendo sete deles importados.

SILVEIRA, Flávia. Volkswagen investe R\$ 2 bilhões em fábrica paranaense para produzir carro inédito no país. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 3 abr. 2018. Nova Economia. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/nova-economia/volkswagen-investe-r2-bilhoes-em-fabrica-paranaense-para-produzir-carro-inedito-no-pais-emulvt4cxmobpt7zl85vd227>>. Acesso em: 3 abr. 2018.

ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1985-2018

continua

ANO	ARROZ			BATATA-INGLESA			CAFÉ		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1985	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760	424 000	318 000	750
1986	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284	422 825	120 000	284
1987	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202	430 000	510 000	1 186
1988	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227	505 581	114 000	226
1989	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673	493 324	267 039	541
1990	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933	426 391	156 702	368
1991	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698	383 355	201 922	527
1992	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561	296 000	108 000	365
1993	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315	230 000	100 000	435
1994	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286	184 351	81 990	445
1995	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413	13 750	7 350	535
1996	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542	134 000	67 000	500
1997	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666	127 895	109 630	858
1998	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143	128 127	135 707	1 060
1999	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687	136 642	141 813	1 038
2000	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789	142 118	132 435	932
2001	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191	63 304	28 299	447
2002	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518	129 313	139 088	1 076
2003	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950	126 349	117 274	928
2004	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783	117 376	152 260	1 297
2005	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263	106 303	86 417	813
2006	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727	100 973	139 376	1 380
2007	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972	97 623	103 698	1 062
2008	47 019	172 737	3 674	27 740	680 160	24 519	96 804	157 882	1 631
2009	43 790	167 628	3 828	26 438	547 681	20 716	85 315	87 655	1 027
2010	40 455	166 848	4 124	30 079	727 433	24 184	82 831	138 963	1 678
2011	38 856	192 020	4 942	31 175	793 754	25 461	74 854	110 728	1 479
2012	35 035	177 841	5 076	29 182	746 480	25 580	66 811	90 614	1 356
2013	32 827	175 910	5 359	27 475	717 415	26 112	65 151	99 747	1 531
2014	29 581	158 840	5 370	30 041	832 428	27 710	33 366	33 633	1 008
2015	27 365	163 551	5 977	30 607	835 884	27 310	43 569	79 520	1 825
2016	26 010	117 106	4 502	30 400	777 033	25 560	46 200	65 283	1 413
2017 ⁽¹⁾	25 101	166 008	6 614	33 794	933 300	27 617	43 239	72 766	1 693
2018 ⁽¹⁾	23 590	149 359	6 331	30 122	859 031	28 518	37 929	61 778	1 629

ANO	CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA			FEIJÃO ⁽²⁾		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1985	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722	723 764	499 617	690
1986	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174	627 604	215 701	344
1987	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262	754 210	391 355	519
1988	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164	741 920	457 692	617
1989	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532	528 741	223 031	422
1990	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802	550 591	279 028	507
1991	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352	624 036	348 332	558
1992	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448	595 894	461 162	774
1993	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040	545 800	444 000	813
1994	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969	589 479	526 209	893
1995	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515	487 309	422 451	867
1996	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272	596 125	490 854	823
1997	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868	557 123	475 458	853
1998	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964	564 537	494 556	876
1999	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471	680 317	570 097	838
2000	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152	541 082	500 948	926
2001	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884	428 343	470 214	1 098
2002	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665	526 457	629 059	1 195
2003	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455	544 906	718 084	1 318
2004	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111	503 585	664 333	1 319
2005	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333	435 201	554 670	1 275
2006	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367	589 741	819 094	1 389
2007	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880	545 239	769 399	1 411
2008	601 656	50 958 155	84 696	36 551	150 241	4 110	508 273	776 971	1 529
2009	644 914	54 756 307	84 905	45 017	125 229	2 782	643 288	787 180	1 224
2010	652 005	55 077 630	84 553	48 824	180 804	3 734	520 798	792 010	1 521
2011	645 088	49 846 477	77 301	51 062	194 441	3 812	521 196	815 280	1 564
2012	652 041	49 840 398	76 438	51 112	158 445	3 100	478 532	700 545	1 464
2013	663 336	49 486 416	74 602	46 422	191 624	4 128	484 568	673 783	1 390
2014	677 293	50 025 094	73 860	53 226	188 787	3 547	515 110	805 941	1 565
2015	672 590	51 315 949	76 296	49 763	133 199	2 705	405 665	711 823	1 755
2016	663 483	47 445 019	71 509	42 390	207 312	4 891	393 685	593 348	1 507
2017 ⁽¹⁾	645 712	44 619 775	69 102	50 343	167 113	3 319	449 950	719 357	1 599
2018 ⁽¹⁾	642 916	47 404 526	73 734	394 852	688 467	1 744

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1985-2018

conclusão

ANO	FUMO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1985	19 150	35 980	1 879	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	18 300	27 914	1 525	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	23 150	40 800	1 762	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	22 520	44 482	1 975	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	22 827	41 972	1 839	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	22 502	40 315	1 792	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	22 865	41 494	1 815	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	31 085	61 000	1 962	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	35 364	67 141	1 899	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	32 768	63 027	1 923	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	32 588	52 638	1 615	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	34 446	59 529	1 728	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	41 163	74 493	1 810	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	38 624	57 273	1 483	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	36 116	68 076	1 885	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	33 910	64 548	1 904	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	34 736	68 594	1 975	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	41 890	82 303	1 965	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	53 292	100 768	1 891	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	67 128	134 100	1 998	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005	78 890	153 126	1 941	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266
2006	83 602	155 533	1 860	169 705	3 789 166	22 328	2 507 903	11 697 442	4 664
2007	79 173	158 700	2 004	173 235	3 762 445	21 719	2 730 179	13 835 369	5 068
2008	73 428	148 037	2 016	149 350	3 449 726	23 098	2 969 632	15 414 362	5 191
2009	75 774	151 063	1 994	175 709	4 200 910	23 908	2 783 036	11 159 845	4 010
2010	79 266	161 137	2 033	172 214	4 012 948	23 312	2 261 992	13 540 981	5 986
2011	80 211	171 837	2 142	184 263	4 179 245	22 688	2 470 694	12 441 626	5 036
2012	70 376	156 834	2 229	159 115	3 869 080	24 316	3 013 870	16 516 036	5 480
2013	70 901	157 997	2 228	156 797	3 774 184	24 071	3 031 691	17 353 450	5 724
2014	76 291	172 346	2 259	151 562	3 672 738	24 233	2 558 644	15 807 349	6 178
2015	76 586	180 378	2 355	143 034	3 958 983	27 679	2 465 012	16 223 473	6 581
2016	73 696	147 991	2 008	132 413	3 633 430	27 440	2 619 319	13 489 032	5 150
2017 ⁽¹⁾	75 019	194 359	2 591	129 475	3 078 599	23 778	2 925 341	18 213 279	6 226
2018 ⁽¹⁾	79 637	188 669	2 369	127 015	3 290 575	25 907	2 481 423	15 324 556	6 176

ANO	SOJA			TOMATE			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1985	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	2 267 638	4 649 752	2 050	1 359	54 297	39 954	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	1 972 538	3 531 216	1 790	1 494	62 054	41 535	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	1 794 000	3 417 000	1 905	1 400	58 287	41 634	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	2 076 000	4 817 000	2 320	1 464	62 605	42 763	696 000	1 023 000	1 470
1994	2 154 077	5 332 893	2 476	1 691	74 453	44 029	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 199 720	5 624 440	2 557	2 068	87 535	42 328	579 000	960 000	1 658
1996	2 392 000	6 448 800	2 696	2 815	121 508	43 164	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	2 551 651	6 582 273	2 580	2 238	89 937	40 186	899 024	1 629 226	1 812
1998	2 858 697	7 313 460	2 558	2 492	101 895	40 889	893 302	1 509 420	1 690
1999	2 786 857	7 752 472	2 782	2 457	105 552	42 960	707 518	1 446 782	2 045
2000	2 859 362	7 199 810	2 518	2 594	116 092	44 754	437 761	599 355	1 369
2001	2 821 906	8 628 469	3 058	3 032	137 509	45 353	873 465	1 840 114	2 107
2002	3 316 379	9 565 905	2 884	3 474	168 865	48 608	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	3 653 266	11 018 749	3 016	3 293	165 394	50 226	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	4 007 099	10 221 323	2 551	3 207	161 378	50 321	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	4 147 006	9 535 660	2 299	3 532	185 299	52 463	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	3 948 520	9 466 405	2 397	3 479	180 014	51 743	762 339	1 204 747	1 580
2007	4 001 443	11 882 704	2 970	4 719	310 338	65 764	820 948	1 863 716	2 270
2008	3 967 764	11 764 466	2 965	4 667	289 630	62 059	1 153 251	3 216 590	2 789
2009	4 077 142	9 410 791	2 308	4 804	300 716	62 597	1 308 782	2 482 647	1 916
2010	4 479 869	14 091 821	3 146	5 025	312 319	62 153	1 172 860	3 419 293	2 916
2011	4 555 312	15 457 911	3 393	5 715	347 528	60 810	1 053 924	2 427 721	2 381
2012	4 454 655	10 924 321	2 452	5 585	338 488	60 607	782 308	2 107 665	2 694
2013	4 754 076	15 924 318	3 350	4 965	285 176	57 437	1 000 099	1 886 948	1 887
2014	5 011 446	14 783 712	2 950	4 792	287 161	59 925	1 388 548	3 792 262	2 731
2015	5 246 532	17 262 381	3 290	4 445	265 674	59 769	1 336 739	3 318 802	2 483
2016	5 453 487	16 852 229	3 090	4 336	245 666	56 657	1 091 245	3 447 429	3 159
2017 ⁽¹⁾	5 271 804	19 830 369	3 762	4 293	254 240	59 222	972 702	2 225 234	2 288
2018 ⁽¹⁾	5 466 036	19 282 875	3 528	4 210	255 424	60 671

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Estimativa.

(2) Há três safras de feijão ao longo do ano. A estimativa de 2018 compreende, por enquanto, duas delas.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS - PARANÁ - 1997-2017

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459
1998	854 517	236 358	193 435
1999	957 237	198 873	229 466
2000	1 041 412	181 113	235 315
2001	1 121 828	197 985	263 451
2002	1 235 681	219 350	333 951
2003	1 344 398	219 774	359 139
2004	1 557 656	276 808	340 645
2005	1 788 481	308 947	367 765
2006	1 856 538	316 897	390 394
2007	2 057 318	295 010	437 152
2008	2 480 908	279 609	454 340
2009	2 489 061	282 220	509 156
2010	2 725 634	338 599	531 514
2011	2 868 973	279 585	629 586
2012	3 033 270	314 986	623 822
2013	3 379 689	333 180	606 446
2014	3 651 564	336 966	611 183
2015	3 994 430	300 325	676 257
2016 ⁽¹⁾	4 094 522	290 105	777 745
Janeiro	333 554	23 448	57 883
Fevereiro	322 393	22 453	60 510
Março	360 057	25 382	66 208
Abril	348 437	22 938	64 690
Maio	355 399	22 216	63 331
Junho	362 652	24 798	65 410
Julho	339 015	21 999	62 937
Agosto	353 048	23 737	68 680
Setembro	324 808	25 211	68 547
Outubro	327 917	24 978	66 290
Novembro	330 341	24 122	66 027
Dezembro	342 102	28 822	67 233
2017 ⁽¹⁾	4 326 406	309 643	826 131
Janeiro	365 993	21 974	64 081
Fevereiro	328 408	20 276	59 692
Março	386 752	24 563	62 954
Abril	335 877	22 382	58 086
Maio	387 792	26 533	76 080
Junho	354 561	25 667	73 421
Julho	361 901	26 087	70 988
Agosto	390 542	27 849	74 245
Setembro	354 325	26 508	69 504
Outubro	358 393	27 683	71 758
Novembro	350 367	28 129	73 085
Dezembro	351 495	31 993	72 238

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2018

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados		US\$ mil FOB	Part. (%)	
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 816	45,38	665 062	15,73	1 614 172	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 682	44,14	626 797	15,94	1 528 226	38,86	41 954	1,07	3 932 659
2000	1 661 374	37,81	498 631	11,35	2 158 622	49,12	75 534	1,72	4 394 162
2001	2 280 991	42,87	561 285	10,55	2 416 688	45,42	61 247	1,15	5 320 211
2002	2 384 075	41,80	668 797	11,73	2 576 841	45,18	73 368	1,29	5 703 081
2003	2 985 014	41,70	877 848	12,26	3 217 442	44,95	77 549	1,08	7 157 853
2004	3 908 974	41,56	969 099	10,30	4 437 090	47,18	89 862	0,96	9 405 026
2005	3 297 780	32,87	993 498	9,90	5 608 205	55,89	134 049	1,34	10 033 533
2006	2 931 247	29,26	1 146 938	11,45	5 755 975	57,47	182 177	1,82	10 016 338
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008	5 787 485	37,96	1 611 541	10,57	7 540 538	49,46	307 620	2,02	15 247 184
2009	4 985 127	44,42	1 304 406	11,62	4 719 959	42,06	213 335	1,90	11 222 827
2010	5 983 154	42,21	1 800 201	12,70	6 121 495	43,18	270 994	1,91	14 175 844
2011	7 952 480	45,72	2 410 778	13,86	6 645 958	38,21	385 059	2,21	17 394 275
2012	8 356 708	47,19	2 274 620	12,84	6 748 089	38,10	330 174	1,86	17 709 591
2013	9 068 374	49,72	2 099 371	11,51	6 817 117	37,38	254 339	1,39	18 239 202
2014	8 304 081	50,85	1 955 979	11,98	5 819 271	35,63	252 789	1,55	16 332 120
2015	7 649 587	51,31	1 655 686	11,11	5 428 565	36,41	175 242	1,18	14 909 081
2016	7 208 746	47,52	1 948 753	12,85	5 922 066	39,04	91 535	0,60	15 171 100
2017 ⁽¹⁾	8 665 702	47,92	2 434 841	13,47	6 863 735	37,96	118 115	0,65	18 082 394
Janeiro	415 581	43,05	122 864	12,73	416 266	43,12	10 549	1,09	965 261
Fevereiro	542 994	45,48	132 400	11,09	510 482	42,76	8 042	0,67	1 193 919
Março	1 066 408	58,57	142 549	7,83	597 570	32,82	14 138	0,78	1 820 665
Abril	860 083	55,96	145 096	9,44	523 173	34,04	8 584	0,56	1 536 936
Maio	863 277	48,87	314 107	17,78	575 699	32,59	13 482	0,76	1 766 565
Junho	862 392	48,58	244 406	13,77	656 823	37,00	11 564	0,65	1 775 185
Julho	806 840	48,46	257 639	15,47	589 888	35,43	10 678	0,64	1 665 045
Agosto	814 832	48,40	275 517	16,37	581 237	34,52	11 953	0,71	1 683 539
Setembro	769 960	49,94	228 479	14,82	537 861	34,89	5 512	0,36	1 541 811
Outubro	630 695	43,81	209 173	14,53	591 944	41,12	7 655	0,53	1 439 466
Novembro	567 862	41,54	193 835	14,18	596 525	43,67	8 434	0,62	1 367 056
Dezembro	464 777	35,03	168 777	12,72	685 868	51,69	7 525	0,57	1 326 947
2018 ⁽¹⁾	1 808 026	46,94	489 350	12,70	1 521 191	39,49	33 438	0,87	3 852 005
Janeiro	431 904	40,39	164 994	15,43	461 059	43,11	11 447	1,07	1 069 404
Fevereiro	522 414	43,71	146 213	12,23	516 129	43,18	10 562	0,88	1 195 318
Março	853 708	53,78	178 143	11,22	544 003	34,27	11 429	0,72	1 587 283

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1995-2018

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 282	49 971 896	- 3 465 614
1996	4 245 905	2 434 733	1 811 172	47 746 728	53 345 767	- 5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 546 619	52 982 726	59 747 227	- 6 764 501
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	- 6 623 614
1999	3 932 659	3 699 490	233 169	48 012 790	49 301 558	- 1 288 768
2000	4 394 162	4 686 229	- 292 067	55 118 920	55 850 663	- 731 743
2001	5 320 211	4 928 952	391 259	58 286 593	55 601 758	2 684 835
2002	5 703 081	3 333 392	2 369 689	60 438 653	47 242 654	13 195 999
2003	7 157 853	3 486 051	3 671 802	73 203 222	48 325 567	24 877 655
2004	9 405 026	4 026 146	5 378 879	96 677 499	62 835 616	33 841 883
2005	10 033 533	4 527 237	5 506 296	118 529 185	73 600 376	44 928 809
2006	10 016 338	5 977 971	4 038 367	137 807 470	91 350 840	46 456 630
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008	15 247 184	14 570 222	676 962	197 942 443	172 984 768	24 957 675
2009	11 222 827	9 620 843	1 601 984	152 994 743	127 722 343	25 272 400
2010	14 175 844	13 956 957	218 887	201 915 285	181 768 427	20 146 858
2011	17 394 275	18 767 763	- 1 373 487	256 039 575	226 246 756	29 792 819
2012	17 709 591	19 387 794	- 1 678 203	242 578 014	223 183 477	19 394 537
2013	18 239 145	19 345 381	- 1 106 236	242 033 575	239 747 516	2 286 059
2014	16 332 120	17 295 813	- 963 693	225 100 885	229 154 463	- 4 053 578
2015	14 909 081	12 448 504	2 460 577	191 134 325	171 449 051	19 685 274
2016	15 171 100	11 092 307	4 078 792	185 235 401	137 552 003	47 683 398
2017 ⁽¹⁾	18 082 394	11 518 546	6 563 848	217 739 177	150 749 453	66 989 724
Janeiro	965 261	958 910	6 351	14 908 251	12 197 812	2 710 439
Fevereiro	1 193 919	851 184	342 735	15 468 687	10 913 268	4 555 419
Março	1 820 665	995 778	824 886	20 073 934	12 937 669	7 136 265
Abril	1 536 936	847 968	688 967	17 679 826	10 716 652	6 963 174
Maio	1 766 565	951 750	814 815	19 789 992	12 129 011	7 660 980
Junho	1 775 185	953 494	821 691	19 779 118	12 595 230	7 183 888
Julho	1 665 045	948 856	716 189	18 758 762	12 473 402	6 285 359
Agosto	1 683 539	1 064 318	619 221	19 470 945	13 879 229	5 591 716
Setembro	1 541 811	1 139 586	402 225	18 659 332	13 488 324	5 171 008
Outubro	1 439 466	972 743	466 723	18 871 943	13 678 840	5 193 104
Novembro	1 367 056	953 231	413 825	16 683 104	13 142 503	3 540 601
Dezembro	1 326 947	880 727	446 220	17 595 284	12 597 512	4 997 772
2018 ⁽¹⁾	5 575 268	3 771 349	1 803 919	74 646 719	54 210 449	20 436 270
Janeiro	1 076 591	907 071	169 520	17 738 204	14 201 964	2 836 239
Fevereiro	1 203 136	804 250	398 885	17 417 329	12 408 449	5 008 880
Março	1 597 752	1 007 533	590 218	20 259 084	13 809 673	6 449 411
Abril	1 697 789	1 052 494	645 295	19 932 103	13 790 363	6 141 740

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICES DE PREÇO, DE QUANTUM E DE TERMOS DE TROCA - PARANÁ - 1997-2017

PERÍODO	EXPORTAÇÕES		IMPORTAÇÕES		TERMOS DE TROCA
	Índice de Preço	Índice de <i>Quantum</i>	Índice de Preço	Índice de <i>Quantum</i>	
1997	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1998	84,7	102,8	94,2	130,2	89,9
1999	71,6	113,2	91,7	122,0	78,1
2000	71,7	126,3	91,7	154,6	78,2
2001	70,6	155,3	87,4	170,7	80,8
2002	68,1	172,6	88,4	114,1	77,0
2003	72,1	204,7	99,0	106,6	72,8
2004	81,5	238,0	106,2	114,8	76,7
2005	82,4	251,0	118,8	115,4	69,4
2006	87,5	236,1	126,2	143,4	69,3
2007	98,9	257,6	134,6	202,8	73,5
2008	125,9	249,8	179,2	246,1	70,3
2009	112,5	205,7	150,7	193,2	74,7
2010	122,6	238,7	156,0	270,8	78,6
2011	144,7	248,1	179,7	316,0	80,5
2012	143,6	254,6	178,5	328,6	80,4
2013	143,2	263,0	175,6	333,4	81,5
2014	136,2	247,6	170,2	307,5	80,0
2015	113,9	270,3	153,1	246,1	74,4
2016	107,6	291,1	145,4	230,9	74,0
2017	113,7	328,4	149,4	233,3	76,1

FONTE: IPARDES

NOTAS: Base fixa: 1997 = 100

Elaborado com dados brutos da SECEX-MDIC.

Foram utilizados índices de Fisher.

TABELA 6 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2018

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2014 = 100)																
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Combustíveis e lubrificantes	72,1	74,0	86,7	92,4	95,9	93,9	78,4	80,5	82,3	81,5	81,9	78,6	84,9	95,0	100,0	96,8	87,9
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	65,6	64,1	60,4	58,4	65,1	60,5	64,2	68,4	71,0	74,2	78,4	83,1	91,6	97,0	100,0	98,7	96,9
Hipermercados e supermercados	65,5	64,4	60,9	58,9	65,7	60,6	64,2	68,4	70,9	74,1	78,2	82,8	91,6	96,9	100,0	98,8	97,5
Tecidos, vestuário e calçados	84,3	85,2	75,0	78,3	84,0	84,8	83,5	87,9	91,8	91,3	95,7	94,0	99,8	99,9	100,0	90,1	84,5
Móveis e eletrodomésticos	34,4	32,9	32,3	34,5	44,7	50,5	54,9	61,7	67,8	68,1	79,0	92,3	99,0	103,3	100,0	88,4	77,6
Móveis	103,0	110,5	106,4	100,0	82,3	75,7
Eletrodomésticos	84,6	92,4	101,9	100,0	92,2	78,8
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	29,6	32,6	34,6	36,6	41,6	51,3	61,2	71,3	86,0	95,4	100,0	105,3	103,9
Livros, jornais, revistas e papelaria	84,3	84,3	81,2	84,6	96,1	105,6	122,0	119,3	115,3	125,1	100,0	87,2	71,0
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	9,0	15,9	24,1	31,0	61,7	98,3	134,5	141,0	130,3	120,3	100,0	98,3	81,6
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	29,7	33,9	39,4	43,0	50,6	56,1	65,1	71,0	85,6	93,3	100,0	97,6	86,2
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	52,7	52,2	51,8	52,3	58,2	57,6	59,3	63,5	68,0	71,5	78,1	83,6	91,9	97,7	100,0	96,8	91,8

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2014 = 100)																
	2017	Jan./17	Fev./17	Mar./17	Abr./17	Mai./17	Jun./17	Jul./17	Ago./17	Set./17	Out./17	Nov./17	Dez./17	2018	Jan./18	Fev./18	
Combustíveis e lubrificantes	103,3	94,8	92,9	108,2	102,2	106,4	106,2	113,7	106,5	100,8	103,2	101,9	102,8	89,7	91,3	88,1	
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	100,1	101,0	93,2	98,6	98,3	91,2	92,7	96,6	100,0	103,9	96,8	103,1	125,8	99,7	102,1	97,3	
Hipermercados e supermercados	95,3	97,7	89,3	92,7	94,2	86,6	88,1	91,6	94,7	98,6	91,7	98,4	120,1	95,5	98,1	92,9	
Tecidos, vestuário e calçados	80,7	66,1	60,0	72,5	81,6	86,6	85,3	79,4	76,1	74,1	67,7	78,6	140,6	59,2	64,0	54,4	
Móveis e eletrodomésticos	77,4	78,3	64,3	76,0	65,2	76,5	71,5	74,3	74,3	72,2	75,1	94,1	106,6	79,6	89,9	69,2	
Móveis	59,3	59,8	44,2	52,7	55,6	61,3	57,2	58,8	58,5	56,9	59,0	69,4	77,8	59,8	68,1	51,4	
Eletrodomésticos	86,1	51,9	69,4	81,4	72,5	87,9	82,3	86,2	86,4	84,3	87,8	113,2	129,9	94,9	106,6	83,2	
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	103,5	95,2	88,3	111,4	98,3	106,6	101,9	103,1	106,1	105,8	101,9	105,0	117,9	100,1	103,3	96,8	
Livros, jornais, revistas e papelaria	62,5	84,2	70,2	67,6	60,6	57,8	54,7	52,4	59,3	49,9	56,6	55,5	80,6	72,9	77,0	68,8	
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	95,8	32,1	91,2	110,6	100,0	115,9	106,6	99,3	100,4	94,6	95,8	94,9	108,1	68,2	32,2	104,2	
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	87,4	77,5	66,1	74,8	84,8	80,9	82,3	83,2	83,6	81,7	89,7	101,8	142,8	82,4	89,2	75,6	
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	95,4	91,3	84,7	94,4	92,7	92	91,6	94,5	95,1	95,4	92,6	99,4	121,6	90,7	93,8	87,6	

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 7 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 2004-2018

SEÇÃO/ATIVIDADE (CNAE 2.0) ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2012 = 100)														
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Jan./17
Indústria de transformação	74,0	77,0	74,0	80,3	88,3	81,0	95,2	113,4	100,0	103,0	97,7	89,1	85,2	88,9	77,3
Produtos alimentícios	91,7	88,6	93,7	97,0	94,3	90,1	97,6	104,7	100,0	102,4	96,7	94,3	98,8	97,7	82,5
Bebidas	67,5	72,3	82,7	82,0	83,3	86,1	95,8	106,6	100,0	99,7	104,5	113,9	119,4	124,9	129,1
Produtos de madeira	130,7	114,7	100,1	94,7	93,2	72,1	79,3	92,4	100,0	117,3	120,9	119,8	124,7	129,8	120,6
Celulose, papel e produtos de papel	75,1	80,9	82,4	81,9	95,6	94,8	100,0	109,5	100,0	98,8	103,1	112,9	112,7	116,0	100,4
Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	82,9	90,9	91,9	88,6	95,0	94,6	86,6	104,5	100,0	97,0	100,7	96,1	81,4	79,8	69,3
Outros produtos químicos	153,4	124,1	120,8	134,1	104,9	126,4	108,7	117,2	100,0	103,0	101,5	98,2	89,6	84,5	87,0
Produtos de borracha e de material plástico	100,0	109,6	108,0	97,8	95,1	100,9	91,7
Minerais não metálicos	70,4	72,8	69,3	73,2	92,7	94,9	99,9	111,3	100,0	110,5	111,5	89,8	73,1	79,1	66,6
Produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	77,6	75,6	76,3	80,3	85,1	73,7	89,7	105,7	100,0	98,4	96,5	87,3	77,5	78,1	77,1
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	63,8	69,0	70,1	77,6	79,5	80,5	85,4	97,2	100,0	104,1	106,1	99,6	93,2	90,2	79,8
Máquinas e equipamentos	88,2	74,6	73,2	94,2	103,6	84,6	114,0	115,1	100,0	112,6	98,1	89,8	93,2	125,1	106,7
Veículos automotores, reboques e carrocerias	51,5	62,4	49,6	64,7	80,1	58,3	91,8	126,5	100,0	103,8	82,5	55,5	51,7	60,2	46,3
Móveis	85,2	80,9	82,5	93,2	85,6	77,8	99,6	103,2	100,0	101,4	94,0	76,2	66,9	69,3	59,6

SEÇÃO/ATIVIDADE (CNAE 2.0) ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2012 = 100)														
	Fev./17	Mar./17	Abr./17	Mai./17	Jun./17	Jul./17	Ago./17	Set./17	Out./17	Nov./17	Dez./17	2018	Jan./18	Fev./18	
Indústria de transformação	79,2	91,3	81,3	91,4	90,2	96,2	98,8	93,7	94,7	94,1	79,0	77,6	76,1	79,0	
Produtos alimentícios	83,9	93,3	90,3	104,8	105,0	115,6	111,9	108,2	97,6	96,1	82,9	77,2	78,0	76,3	
Bebidas	117,2	136,6	91,4	116,3	100,9	123,9	121,7	123,1	134,9	150,5	153,3	127,3	135,5	119,0	
Produtos de madeira	109,5	136,6	124,5	131,8	118,9	123,7	137,8	139,9	143,1	139,0	131,9	145,3	145,4	145,1	
Celulose, papel e produtos de papel	98,7	111,7	103,2	102,3	113,6	129,2	128,6	123,3	124,6	129,0	127,8	110,2	115,9	104,5	
Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	66,5	80,4	79,0	75,8	83,6	93,9	79,4	74,9	90,0	85,4	79,2	58,8	59,3	58,2	
Outros produtos químicos	70,3	66,7	61,3	81,5	91,1	98,4	117,4	106,9	86,1	77,3	69,9	80,4	83,8	77,0	
Produtos de borracha e de material plástico	91,7	102,5	95,6	108,5	103,0	103,2	114,6	103,8	108,0	103,4	84,5	91,2	88,1	94,3	
Minerais não metálicos	70,3	82,2	73,1	84,9	75,4	90,4	92,1	85,4	83,0	76,9	68,4	74,8	70,8	78,8	
Produtos de metal - exceto máquinas e equipamentos	76,7	84,8	70,2	79,2	76,5	77,4	82,1	77,5	81,4	83,7	70,4	72,6	78,1	67,0	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	81,5	100,6	81,2	81,2	87,6	87,1	104,4	89,4	98,8	108,6	82,6	81,0	77,5	84,4	
Máquinas e equipamentos	135,3	148,6	117,5	141,2	132,3	132,4	143,3	118,0	132,9	134,3	58,2	113,5	110,0	116,9	
Veículos automotores, reboques e carrocerias	54,2	67,8	53,3	67,6	58,0	51,6	67,6	69,3	65,6	67,5	53,1	54,8	43,1	66,4	
Móveis	62,7	68,7	61,3	68,7	64,0	71,1	74,5	72,0	78,1	81,6	69,5	66,4	68,8	64,0	

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTAS: Índice sem ajuste sazonal.

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 8 - RENDIMENTO HABITUAL REAL E TAXA DE DESOCUPAÇÃO, NO PARANÁ - 2012-2017

TRIMESTRE	RENDIMENTO HABITUAL REAL ⁽¹⁾	TAXA DE DESOCUPAÇÃO (%)
Janeiro-março 2012	2 193	5,6
Abril-junho 2012	2 140	5,3
Julho-setembro 2012	2 210	4,6
Outubro-dezembro 2012	2 164	4,3
Janeiro-março 2013	2 227	4,9
Abril-junho 2013	2 221	4,5
Julho-setembro 2013	2 270	4,2
Outubro-dezembro 2013	2 264	3,7
Janeiro-março 2014	2 301	4,1
Abril-junho 2014	2 271	4,1
Julho-setembro 2014	2 285	4,1
Outubro-dezembro 2014	2 350	3,7
Janeiro-março 2015	2 343	5,3
Abril-junho 2015	2 289	6,2
Julho-setembro 2015	2 281	6,1
Outubro-dezembro 2015	2 203	5,8
Janeiro-março 2016	2 167	8,1
Abril-junho 2016	2 153	8,2
Julho-setembro 2016	2 199	8,5
Outubro-dezembro 2016	2 256	8,1
Janeiro-março 2017	2 239	10,3
Abril-junho 2017	2 191	8,9
Julho-setembro 2017	2 224	8,5
Outubro-dezembro 2017	2 254	8,3

FONTE: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral

(1) Rendimento médio real do trabalho principal, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas. Em R\$ de novembro de 2017.

TABELA 9 - SALDO DO EMPREGO FORMAL - PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2018

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/ Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
2009	12 993	8 271	22 755	29 446	-4 381	-	69 084
2010	41 116	17 597	36 111	49 868	-2 209	-	142 483
2011	26 065	10 656	33 269	53 433	493	-	123 916
2012	14 861	5 940	28 922	37 520	1 896	-	89 139
2013	15 600	3 111	28 135	41 308	2 195	-	90 349
2014	- 8 188	3 219	13 507	32 636	- 162	-	41 012
2015	- 47 096	- 16 133	- 12 526	- 2 860	3 067	-	- 75 548
2016	- 24 729	- 14 790	- 7 234	- 11 463	- 1 612	-	- 59 828
2017	6 766	- 7 168	3 899	7 713	917	-	12 127
Jan. - Mar. 2018	10 208	1 974	- 1 916	15 569	182	-	26 017

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 10 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2002-2017

ANO	PARANÁ ⁽¹⁾		BRASIL ⁽²⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽³⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽³⁾	Variação Real (%)
2002	88 236	-	1 488 787	-
2003	110 039	4,0	1 717 950	1,1
2004	123 452	5,4	1 957 751	5,8
2005	127 465	0,6	2 170 585	3,2
2006	137 648	1,9	2 409 450	4,0
2007	165 209	7,2	2 720 263	6,1
2008	185 684	4,0	3 109 803	5,1
2009	196 676	- 1,7	3 333 039	- 0,1
2010	225 205	9,9	3 885 847	7,5
2011	257 122	4,6	4 376 382	4,0
2012	285 620	0,0	4 814 760	1,9
2013	333 481	5,5	5 331 619	3,0
2014	348 084	- 1,5	5 778 953	0,5
2015	376 960	- 3,4	5 995 787	- 3,5
2016	402 339	- 2,3	6 259 228	- 3,5
2017	415 789	2,5	6 559 940	1,0

FONTE: IBGE/IPARDES – Contas Regionais do Brasil

NOTA: Nova metodologia, referência 2010.

(1) Os resultados para o Estado do Paraná para os anos de 2016 e 2017 são estimativas do IPARDES.

(2) Dados do PIB do Brasil de 2016 e de 2017, calculados pelo IBGE, referem-se às Contas Nacionais Trimestrais.

(3) Preços correntes de mercado.



IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
Rua Cel. Amazonas Marcondes, 336 - CEP 80035230 - Cabral - Curitiba-PR - Tel.: (41) 3210-6345
www.ipardes.gov.br - ipardes@ipardes.gov.br